

11.1 — O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efetivo.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Pessoal, através de contacto por correio eletrónico para o endereço rhv@hlalentejano.min-saude.pt

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

21 de junho de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração,
Dr.ª Adelaide Belo.

206198707

Aviso n.º 8779/2012

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13/02 e do Despacho n.º 7702-D/2012 de 4 de junho, substituído pelo Despacho n.º 8317-B/2012 de 20/06/2012 do Sr. Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, n.º 108, 2.ª série, de 04/06/2012, faz -se público que, por decisão da Sra. Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., pessoa coletiva n.º 509 253 369, com sede em Monte do Gilbardinio, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém, tomada ao abrigo da delegação de poderes conferida por deliberação do mesmo tomada em 6 de outubro de 2010, nos termos do artigo 7.º dos seus Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, processo de recrutamento de médicos, com a especialidade de Cardiologia que concluíram o respetivo internato médico, para celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um (1) posto de trabalho da categoria de assistente, previsto e não ocupado, no Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar -se a este concurso todos os médicos, com a especialidade de Cardiologia que concluíram o respetivo internato médico na primeira época do ano de 2012, nas duas épocas do ano de 2011 e na segunda época do ano de 2010 e se encontrem na situação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98 de 24 de abril.

3 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para a ocupação do posto de trabalho enunciado, terminando com o seu preenchimento.

4 — Política de igualdade: em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — Caracterização do posto de trabalho — ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto -lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 41, de 8 de novembro de 2009, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos.

6 — Local de trabalho — o serviço irá ser prestado nas instalações do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E. sita em Monte do Gilbardinio, Santiago do Cacém, podendo, no entanto, o mesmo ser desenvolvido em instalações de entidade que lhe suceda ou outras Instituições com as quais tenha ou venha a ter acordos ou protocolos de colaboração.

7 — Remuneração base mensal ilíquida: nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a remuneração base mensal ilíquida a atribuir corresponde à remuneração de ingresso na categoria para os trabalhadores com relação jurídica de emprego público, no regime de tempo completo, cabendo apenas a proporção para o regime de 40 horas semanais, a que corresponde o valor de 2.118, 81 € (dois mil cento e dezoito euros e oitenta e um cêntimos).

8 — O período normal de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

9 — Método de seleção: O método de seleção tem por base o resultado da prova de avaliação final do internato médico e entrevista de seleção, nos termos do n.º 5, do artigo 12.º -A, do Decreto -lei n.º 45/2009, de 13/02.

10 — Formalização das candidaturas:

10.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido à Presidente do Conselho de Administração da Hospital do litoral Alentejano, E. P. E., podendo ser entregues diretamente no Serviço de Pessoal da sua sede, nos períodos compreendidos entre as 09H00 e as 12H00 e as 14H00 e as 16H30, até ao último dia do prazo estabelecido neste aviso, ou remetido pelo correio, para a mesma morada, considerando -se, neste caso, apresentado dentro do prazo se o mesmo tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado neste aviso.

10.2 — Do requerimento devem constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Pedido de admissão ao concurso.

10.3 — O requerimento deve ser acompanhado da seguinte documentação: certidão comprovativa da posse do grau de assistente, com a especialidade de Cardiologia.

10.4 — Afixação da lista dos candidatos admitidos e excluídos: A referida lista será afixada nas instalações do Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., com sede em Monte do Gilbardinio, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém.

11 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Dr. João Manuel Frazão Rodrigues de Sousa, Assistente Graduado de Cardiologia do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.

1.º Vogal Efetivo: Dr. Pedro Nuno Rocha Carlos Salvado Marques, Assistente Hospitalar de Cardiologia do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.

2.º Vogal Efetivo: Dr. Nuno Miguel Cortez Dias, Assistente Hospitalar de Cardiologia do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.

1.º Vogal Suplente: Dr. José António Marques da Costa, Assistente Graduado de Cardiologia do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.

2.º Vogal Suplente: Dr.ª Helena Cristina Xavier Oliveira Costa, Assistente Graduada de Cardiologia do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E.

11.1 — O Presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efetivo.

Qualquer informação adicional poderá ser obtida junto do Serviço de Pessoal, através de contacto por correio eletrónico para o endereço rhv@hlalentejano.min-saude.pt

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

21 de junho de 2012. — A Presidente do Conselho de Administração,
Dr.ª Adelaide Belo.

206198018

Aviso n.º 8780/2012

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 45/2009, de 13/02 e do Despacho n.º 7702-D/2012 de 4 de junho, substituído pelo Despacho n.º 8317-B/2012 de 20/06/2012 do Sr. Secretário de Estado da Saúde, publicado no *Diário da República*, n.º 108, 2.ª série, de 04/06/2012, faz-se público que, por decisão da Sra. Presidente do Conselho de Administração da Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E., pessoa coletiva n.º 509 253 369, com sede em Monte do Gilbardinio, EN 261, 7540-230 Santiago do Cacém, tomada ao abrigo da delegação de poderes conferida por deliberação do mesmo tomada em 6 de outubro de 2010, nos termos do artigo 7.º dos seus Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 176/2009 de 4 de agosto, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, processo de recrutamento de médicos, com a especialidade de Ginecologia e Obstetria que concluíram o respetivo internato médico, para celebração de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, tendo em vista a ocupação de um (1) posto de trabalho da categoria de assistente, previsto e não ocupado, no Hospital do Litoral Alentejano, E. P. E.

2 — Requisitos de admissão ao concurso: podem candidatar-se a este concurso todos os médicos, com a especialidade de Ginecologia e Obstetria que concluíram o respetivo internato médico na primeira época do ano de 2012, nas duas épocas do ano de 2011 e na segunda época do ano de 2010 e se encontrem na situação prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 112/98 de 24 de abril.

3 — Prazo de validade: o procedimento concursal é válido para a ocupação do posto de trabalho enunciado, terminando com o seu preenchimento.

4 — Política de igualdade: em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — Caracterização do posto de trabalho — ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 11.º do Decreto-lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do acordo coletivo de trabalho, publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 41, de 8 de novembro de 2009, celebrado entre o Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E., e outros e a Federação Nacional dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos.